

O DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL E O TRABALHO COMO PREMISSAS PARA ENTENDER A GÊNESE DO PDF-MA

Heric Santos Hossoé¹

Lindalva Silva Correia²

Lucy Rosana Silva³

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar do ponto de vista do Programa de Desenvolvimento de Fornecedores do Estado do Maranhão (PDF-MA), como as categorias Trabalho e Desenvolvimento sustentável estão imbricados na sua gênese. Vale destacar que este programa emerge da necessidade das grandes empresas e do Estado de oferecerem uma resposta para os empresários locais e à sociedade no sentido de integrá-los às cadeias produtivas das grandes empresas. No entanto, para atingir essa finalidade, é necessário ressaltar que o PDF-MA precisa ter valor adicionado ao seu volume de negócios, além de gerar emprego e elevar a renda dos trabalhadores, partindo para ações sustentáveis ambientalmente. Dessa forma, pretende-se descortinar uma nova visão sobre o PDF-MA.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável. Trabalho. PDF-MA.

ABSTRACT

This article aims to analyze from the point of view of the Supplier Development Program of the State of Maranhão (PDF-MA), as the categories Labor and Sustainable Development, are intertwined in its genesis. It is worth mentioning that this program emerges from the need

¹ Professor do Departamento de Economia da UFMA, economista e doutor em Políticas Públicas, E-mail: heric.hossoe@ufma.br

² Professora do Departamento de Economia da UFMA, economista e doutora em Economia, E-mail: lindacmaia@bol.com.br

³ Professora do Departamento de Economia da UFMA, economista e doutora Engenharia Hidráulica, E-mail: lucyrosana@yahoo.com.br

of large companies and the State to offer a response to local entrepreneurs and society in order to integrate them into the productive chains of large companies. However, in order to achieve this goal, it must be emphasized that PDF-MA must have added value to its turnover, as well as generating employment and raising the income of workers, starting towards environmentally sustainable actions. In this way, we intend to unveil a new view on PDF-MA.

Keywords: Sustainable Development. Job. PDF-MA.

1 - INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende trazer uma breve reflexão da influência das categorias Desenvolvimento Sustentável e Trabalho na gênese do Programa de Desenvolvimento de Fornecedores do Estado do Maranhão (PDF-MA). Deve-se, contudo, esclarecer que o programa alvo do artigo foi criado em 1999 e atualmente é gerido pela Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (FIEMA), tendo como escopo oferecer “capacitação, apoio aos negócios, promoção e consultoria às empresas locais com a finalidade de torná-las mais competitivas e propiciar-lhes a busca de excelência para atender à crescente demanda por serviços e produtos no Maranhão”. Portanto, o programa é tido como instrumento capaz de fazer uma articulação virtuosa entre o Estado, o mercado e a sociedade.

A justificativa para a escolha do Maranhão como campo socioespacial e do PDF-MA como área de intervenção governamental se deu, no primeiro caso, porque esse Estado, apesar de congrega reconhecidas riquezas naturais e potencialidades diversas, não tem sido capaz de se sobressair nacionalmente com resultados palpáveis. Nesse sentido, no segundo caso, os dados expostos pelo PDF-MA entusiasma seus formuladores e defensores justamente pelos pretensos resultados.

De acordo com o próprio PDF-MA⁴, no contexto histórico em que se situa, particularmente, o ano de 2013, o programa gerou R\$ 3,38 bilhões⁵ em negócios locais. Este montante representa aproximadamente 6,47% do Produto Interno Bruto (PIB) do Maranhão, calculado a partir dos resultados da última pesquisa de contas regionais divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referente ao ano de 2011.

O valor gerado pelas seis grandes empresas mantenedoras do programa, segundo a mesma notícia vinculada no site do PDF-MA em 2013, demonstra que o valor de negócios locais citados no parágrafo anterior, representa o crescimento de 17,36% em negócios na cadeia produtiva em relação ao ano anterior, e foi suficiente para que o volume de compras locais de produtos e serviços alcançasse os R\$ 18,79 bilhões no acumulado, ou seja, desde que se iniciou o acompanhamento da geração de negócios entre as empresas fornecedoras e as empresas mantenedoras, em 2000. Percebe-se então que esses dados indicam um aparente sucesso do PDF-MA, sem se aprofundar nas verdadeiras questões.

Se por um lado, pode-se supor um pretenso sucesso, por outro lado, entende-se que os dados disponíveis não deixavam claro sobre sua capacidade de impactar a sociedade, em termos de geração de emprego e de incremento da renda dos trabalhadores, embora seu discurso o situe como um propulsor do desenvolvimento. Para seus defensores, as consequências positivas para a sociedade são consequência direta dos incentivos aos grandes empreendimentos, o que vem sendo questionado.

Desse modo, para os seus defensores, o PDF-MA precisa ser incentivado e apoiado, já para os seus críticos trata-se de mais um programa voltado apenas para ampliar o processo de acumulação do capital, não comportado na categoria de desenvolvimento sustentável,

⁴ Dados obtidos através de consulta ao site: <http://www.fornecedoresma.com.br/>, na matéria intitulada “PDF gerou R\$ 3,38 bilhões em negócios em 2013” vinculada na data de 14/04/2013.

⁵ Os valores aqui citados estão descritos nominalmente, não tendo sido deflacionados, pois são apenas ilustrativos nesse momento do artigo.

como propagandeado, sendo que esse movimento contraditório de defesa e ataque do PDF-MA e a carência de estudos aprofundados sobre ele, torna-o um campo fértil para análises e avaliações como as que deram origem ao presente artigo.

Entende-se que discutir a contribuição do PDF-MA para a economia maranhense, implica, antes de tudo, em reconhecer a multiplicidade de posicionamentos que se entrelaçam e que envolvem sujeitos tão diversos como o Estado, as grandes empresas nacionais e internacionais, os empresários locais, os trabalhadores, os sindicatos e a própria população. Tal movimento exigiu que o artigo apresentado fosse além da simples identificação das características do PDF-MA, devendo buscar a síntese de um processo que, conforme seus formuladores, está voltado, prioritariamente, para o atendimento de uma relação produtiva envolvendo capital e trabalho.

Em razão dessa compreensão sobre o movimento real, o estudo que permitiu o desenvolvimento do artigo, teve suporte no método dialético e possibilitou destrinchar a aparente dualidade do programa, além dos conflitos e interesses subjacentes na sua dinâmica. Destaca-se que o artigo em voga, não é neutro e nem imune as relações de poder, por isso é que ele deve aprofundar-se no campo do Desenvolvimento Sustentável e do Trabalho, tratando destas categorias, desde seu surgimento até a sua crítica, demonstrando como elas se tornaram conceitos norteadores do PDF-MA.

2 – METODOLOGIA

No campo metodológico, para empreender a avaliação, foram utilizadas duas técnicas centrais de coleta de dados: a pesquisa documental e bibliográfica. Desse percurso metodológico, emergem as categorias teóricas tratadas, que deram suporte à análise desenvolvida: o Desenvolvimento Sustentável e o Trabalho. Tais categorias ajudaram a

entender as questões motivadoras do artigo, trazendo à tona interesses e disputas no jogo desencadeado pelo PDF-MA.

Tratando sobre a categoria teórica desenvolvimento, esta tem sido refletida por várias correntes de pensamento, comportando pontos de vista diferentes em relação ao seu conteúdo, além de muitas adjetivações, como desenvolvimento sustentável, desenvolvimento regional, desenvolvimento global, dentre outras. No entanto, quando se fala na categoria desenvolvimento fazendo-se um paralelo entre esta categoria e o crescimento econômico, sem adentrar nas especificidades do desenvolvimento sustentável.

Além das disputas teóricas travadas entre crescimento e desenvolvimento econômico, faz-se imprescindível esclarecer que, o próprio conceito de desenvolvimento é abordado por diversas óticas. No entanto, pelas breves passagens alinhavadas a seguir, percebe-se, o fato de que o desentendimento ou simplesmente não consenso sobre o conceito de desenvolvimento, seu significado e como pode ser mensurado, constitui-se como um dos grandes debates acadêmicos a serem explorados.

Nesse momento do artigo iremos nos ater a breves considerações, pois a discussão mais densa sobre a categoria do desenvolvimento, em especial ao desenvolvimento sustentável, será bastante explorada no próximo item. Entretanto, vale destacar uma breve sintaxe sobre desenvolvimento sustentável. Para isso deve-se considerar os ensinamentos de Oliveira (2006) sobre a sustentabilidade como um novo paradigma de desenvolvimento.

Trazendo o conceito e a categoria em evidência, para a realidade local, baseando-se nesse entendimento, pode-se supor pelo discurso dos formuladores do PDF-MA, que estes visam e demonstram apenas a elevação do volume de negócios, variável esta que contribui somente para o aumento do produto do Estado do Maranhão, sem debater seus verdadeiros impactos. Nessa lacuna, ganha força a questão: Quais os impactos da adoção do programa, principalmente no que tange a geração de emprego e a elevação de renda dos trabalhadores?

Variáveis estas que nos mostraram se o programa tem influenciado não só o crescimento, mas, principalmente, o desenvolvimento sustentável do estado, contribuído para o bem-estar da população.

Tal questionamento faz-se pensar em várias questões secundárias, calcadas na relação do conceito de trabalho. Nessa esteira, adota-se a visão marxiana, que embora reconheça o impacto das mudanças em curso, como a reestruturação produtiva do capital, entende que o trabalho permanece como velha forma de experiência humana que se renova em permanência, interpela também nossos modos de compreender e agir sobre o mundo.

Por isso, o debate da centralidade do trabalho, torna-se preponderante, e de acordo com Sanches (2006), as mudanças nas formas de organização e gestão do trabalho tende a vir sempre para melhor servir ao capital, por isso a relação social estabelecida pelo modo de produção capitalista, desde seu início, possibilitou que homens “livres”, despossuídos dos meios de produção, e os compradores de força de trabalho se encontrassem para “realizar seus negócios” no mercado de trabalho recém-constituído. Assim, diante da falta de opção, sem terras e instrumentos de trabalho, camponeses expulsos da terra e produtores diretos (artesãos) venderam a única coisa que lhes restara para poderem subsistir: sua força de trabalho.

É evidente, que desde que o capitalismo emergiu enquanto sistema dominante, o trabalho sofreu profundas transformações, vistos tais conceitos, Sanches (2006) sabiamente nos ensina que o trabalho no capitalismo, se tornou uma mercadoria denominada por Marx como força de trabalho e em sentido figurado, podemos afirmar que mais que usar a mão-de-obra, ou as mãos dos trabalhadores, o capitalista também se apropria de todos os outros membros do seu corpo e mente, o que possibilita retirar desta força a mais-valia⁶, necessário

⁶ Mais-valia é o termo usado para designar a disparidade entre o salário pago e o valor do trabalho produzido. Existem muitos cientistas e pensadores sociais que desenvolveram diferentes vertentes para conceber uma explicação para surgimento e o funcionamento do sistema capitalista.

para a manutenção de um sistema social que congrega dentro de si diferentes classes sociais, em que uma sobrepuja e explora a outra para manter seu padrão de consumo e riqueza, sem se importar com o acirramento da desigualdade.

Por outro lado, se no início do capitalismo o trabalho era marcado pela concentração espacial e pela clara e explícita luta de classes, nos tempos atuais os capitalistas tendem a querer cada vez mais esconder a essência do fenômeno, por isso em seu livro de 1993 - "Condição Pós-Moderna", Harvey considera que a tendência atual dos mercados de trabalho é reduzir o número de trabalhadores "centrais" e empregar cada vez mais uma força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos quando as coisas ficam ruins (HARVEY, 1993, p. 144).

Diante dessa percepção, tem-se a nítida impressão que há de se buscar novos métodos de exploração do trabalho, é nesse contexto que aparece a terceirização, um novo método que também se revela na integração das cadeias produtivas, como no caso do programa avaliado o PDF-MA. E embora o discurso seja de que investir nos ganhos de produtividade fazendo com que os "fornecedores locais" possam se adequar as necessidades do mercado, (aqui o mercado sendo as grandes empresas) faz com que se gere benefícios, pretensamente impactando a sociedade. No entanto, só faz sentido essas premissas se elas se articularem a categoria do trabalho, trazendo uma forma de benefício a sociedade.

Essa visão remete a seguinte compreensão: sem a geração de mais empregos e o aumento da renda, os benefícios do PDF-MA não podem se propagar pelo restante da economia maranhense. Partindo dessa premissa, tem-se como questões secundárias: Existem efeitos multiplicadores da geração de emprego e o aumento de renda derivado do PDF-MA? Quais as condições estabelecidas para as novas formas de trabalho terceirizadas? Existe preocupação da equipe gestora do programa em cobrar das empresas cuidados com o meio

ambiente e com a sociedade, promovendo qualidade de vida para os trabalhadores e a população em geral?

É evidente que tais questões, fazem com que seja possível, a pavimentação de um caminho rumo à estrada da análise em curso, que trata sobre a aplicabilidade de duas categorias teóricas utilizadas. Mesmo que se possa achar que se entende o fenômeno da implementação do PDF-MA, é necessário pôr em dúvida seus preceitos, à luz das categorias que podem revelar uma nova face, evidenciando suas consequências.

Para tanto, juntar todos esses elementos, a categoria do desenvolvimento sustentável e do trabalho, o próprio programa o PDF-MA, em um só estudo, possibilita descortinar um novo olhar, uma nova forma de organização social, entendida como as relações de produção, que se referem às relações entre classes sociais. Vendo por esse prisma, as relações de produção, conjuntamente com as forças produtivas, são os componentes básicos do modo de produção, a base material da sociedade.

Tendo em vista a relevância do modo de produção para organização social, torna-se mais nítida a centralidade dos sujeitos envolvidos no processo, e tais sujeitos configuram-se entre proprietários e não proprietários. Dessa forma, não basta identificar os sujeitos do processo, antes “é preciso construir o objeto; é preciso pôr em causa os objetos pré-construídos” (BOURDIEU, 1998, p. 21).

E para construir o objeto, é necessário identificar quais os condicionantes existem para moldar o processo da vida social, política e espiritual, que tomaram forma a partir do PDF-MA. A princípio, através do processo de implementação do PDF-MA, é possível acessar sua aparência ou o que é propagandeado, das falas e veiculações que os idealizadores e operadores do programa emanam e também da percepção dos receptores, para que, através de repetidas aproximações da realidade, seja possível contemplar sua essência, uma vez que

“o fenômeno indica a essência e a esconde; e sem a compreensão do fenômeno em suas manifestações, a essência seria inatingível” (KOSIC, 1969, p. 12).

Voltando da teoria ao trabalho de pesquisa que deu origem ao artigo aqui apresentado, este foi desenvolvido através de uma relação dinâmica entre sujeito e objeto e considerando o movimento dialético da realidade social. Desse modo o processo metodológico comportou mudanças de estratégias visando o alcance dos objetivos propostos, particularmente em relação a identificação dos determinantes conjunturais e matrizes de interesses envolvidos na política pública em questão, como as dimensões, que são definidas como elementos importantes de determinada realidade e ajudam na sua visão diagnóstica. Nas dimensões institucionais do PDF-MA, apresentam-se um roteiro, que permite avaliar três (3) partes: a econômica, a social e a ambiental.

3 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

Seguindo o percurso trilhado no artigo, cabe destacar que este item será dividido em dois subitens, com vista a uma sequência lógica dos fatos, que construirá uma totalidade em movimento.

3.1 –Crescimento, Desenvolvimento e Sustentabilidade

Não é pretensão do artigo em debate, apresentar resultados, tampouco se alongar no tema, mas como o crescimento, o desenvolvimento e a sustentabilidade fazem parte da fundamentação teórica, faz-se indispensável abordar algumas das principais ideias de destacados autores na área, no intuito de, minimamente, subsidiar o início de uma reflexão.

Por isso, começaremos por levantar algumas indagações trazidas por Oliveira (2006):

Atualmente a expressão *crescimento econômico* tem ocupado lugar de destaque na imprensa escrita e falada, expressada, principalmente, pelo valor atribuído ao

Produto Interno Bruto – PIB. Há alguma semelhança entre *crescimento econômico* e *desenvolvimento econômico*? Partindo-se destas premissas, questiona-se quais seriam as principais características de cada um destes termos? Quais contradições podem existir entre o aumento aferido pelo PIB e a efetiva melhoria da qualidade de vida da população? (OLIVEIRA, 2006, p. 1)

Dessas indagações postas, percebe-se claramente a divisão entre os pensadores sobre o que seria, crescimento econômico e desenvolvimento econômico, como vamos ver, para alguns esses conceitos são sinônimos, já para outros não, é impossível associar as duas concepções. Essa divisão acontece, primordialmente, por uma visão bastante estrita sobre as perguntas básicas da ciência econômica, que resumidamente tratam da produção. Algumas delas são: O que produzir? Como produzir? Quando produzir? Onde produzir? Como será repartido essa produção?

Em consequência do exposto, nota-se, que em pensamentos mais atuais, leva-se em consideração à resposta a última pergunta sobre a distribuição da produção. Isso ocorre pelo próprio transcorrer da história, se nos primórdios “os primeiros economistas”, tais como Adam Smith, entendiam o crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento econômico, devido ao fato de achar que o desenvolvimento seria algo previsível, “natural”, pois dados as pré-condições, a produtividade aumentaria, aumentando também a divisão do trabalho e com o livre comércio e a liberdade para as unidades produtoras, haveria uma “mão invisível” que proporcionaria o desenvolvimento social, a partir dos desejos e vontades individuais.

Nos tempos atuais vimos que essa visão evoluiu e ao começarmos a analisar os pós-clássicos notamos uma abordagem do crescimento e desenvolvimento de uma forma mais ampla (envolvendo vários aspectos, não somente econômicos) como em Nurkse e em Lewis, pois eles enfatizam as variáveis não econômicas como sendo vitais para o processo de desenvolvimento. Essa forma materializada de pensamento, está descrita nos ensinamentos de Oliveira (2006, p. 2), em que cita a Unesco, pois esta entidade propõe como medidas para

o desenvolvimento, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), do PNUD, “que procura considerar as numerosas dimensões do bem-estar humano, já que a atenção concentrar-se-ia assim sobre os fins para os quais o desenvolvimento deve servir, em vez de fazê-lo apenas sobre os meios, por exemplo, para o aumento da produção” (UNESCO, 1999, p. 28-29).

Entende-se que, se de um lado, alguns estudiosos se detêm em como, quando e onde produzir, outros entendem que as respostas as essas perguntas são importantes para que se aumente a riqueza, no entanto, não é suficiente, pois a repartição ou distribuição é essencial, do ponto de vista da sociedade. Por isso, Oliveira (2006, p. 2) apud VEIGA (2005, p. 87) enfatiza o uso do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) uma vez que “as decisões políticas muitas vezes demandam uma medida sumária que incida mais claramente no bem-estar humano do que no rendimento”.

Nesse sentido, podemos concluir que uma elevação no produto agregado do país, não se converte de maneira automática em elevação da qualidade de vida dessa sociedade. Os indicadores então servem para nos guiar a estas conclusões, pois ainda que o crescimento econômico seja fundamental, para o processo de desenvolvimento econômico, o último não se reduz ao primeiro. Contudo, segundo Paulani (2006, p. 236), surge uma dúvida, pois sabemos perfeitamente como mensurar o produto para verificar se, num determinado período, houve ou não crescimento econômico, mas como mensurar qualidade de vida, ou em outras palavras, como avaliar o processo de crescimento econômico, para verificar se houve desenvolvimento?

De obvio, não existe uma resposta fechada para essa questão, em conformidade com Oliveira (2006, p. 3) o fato do desentendimento ou simplesmente não consenso sobre o conceito de desenvolvimento, seu significado e como pode ser mensurado, constitui-se como um dos fatores do agravamento da situação da vida no planeta.

A partir dessa concepção, evidencia-se, que, embora a questão de saber o que deve ou não entrar numa avaliação do processo de desenvolvimento ser controvertida, existe um indicativo quanto a importância de certos indicadores econômicos e sociais que auxiliam no diagnóstico. Esse fato acontece porque se analisarmos a situação inversa, que seria a ausência de informações sobre como o produto é verdadeiramente distribuído, o mero conhecimento do valor do produto *per capita* de um determinado país é insuficiente para que possamos tirar qualquer conclusão quanto ao estágio de desenvolvimento em que esse país se encontra.

Dado o exposto, vem então a seguinte pergunta, e de que maneira podemos avaliar a distribuição de renda de um país? Em virtude dos indicadores em pauta, tem-se uma noção de que embora não exista consenso quanto a categoria desenvolvimento, o fato de explorar esta, com sugestão de indicadores, aponta para sua diferença em relação ao crescimento econômico.

Visto que existe diferença nos conceitos de crescimento e desenvolvimento, sendo que um complementa o outro, mas não se restringe a ele, além da divisão dos que pensam desenvolvimento e os indicadores econômicos e sociais, foi possível notar que mesmo avançando no entendimento no que diz respeito ao desenvolvimento, nem sempre o mundo e os países de maneira específica caminham nessa direção. Por isso nos ensinamentos de Oliveira (2006), percebe-se que além do desenvolvimento, precisamos adentrar na sustentabilidade, pois as demandas que hoje nos aflige são em resumo, combater a desigualdade, fazer a economia crescer, tendo cuidado com a parte social e ambiental.

Corroborando com essa ideia inicial Oliveira (2006, p. 10) a partir do entendimento de que o homem está intrinsecamente ligado ao meio e dele não pode ser separado, e ainda, que os seres humanos constituem o centro e a razão do processo de desenvolvimento, significa advogar um novo estilo de desenvolvimento que seja sustentável no acesso e no

uso dos recursos naturais e na preservação da biodiversidade; sustentável na redução da pobreza e das desigualdades sociais e promotor da justiça e da equidade; sustentável na conservação do sistema de valores, práticas e símbolos de identidade; sustentável ao aprofundar a democracia e garantir o acesso e a participação de todos nas decisões de ordem pública (GUIMARÃES, 2001, p. 55).

Vale salientar que a concepção de desenvolvimento sustentável tem suas raízes fixadas na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, capital da Suécia, em junho de 1972. A condição de escassez e esgotabilidade dos recursos naturais face ao modelo de desenvolvimento econômico dos países hegemônicos foi o grande precursor desta conferência que mobilizou vários países numa discussão que ainda permeia as agendas governamentais.

É nesse sentido que Oliveira (2006, p. 11) afirma que esta conferência resultou em uma declaração que conclamou a junção de esforços de todos os governos e povos com o objetivo precípuo de preservar e melhorar o meio ambiente em benefício de toda humanidade e sua posteridade. Por conseguinte, chegou-se à conclusão de que era urgente a necessidade de se redefinir o próprio conceito de desenvolvimento, dada a complexidade das questões envolvidas.

Avançando no tema, no início da década de 1980, a ONU retomou o debate das questões ambientais. Nesse período, foi indicada pela entidade, a primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland (Ela mais tarde emprestaria o seu nome ao relatório), para chefiar a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, para estudar o assunto. O documento final desses estudos chamou-se Nosso Futuro Comum, também conhecido como Relatório Brundtland. Apresentado em 1987, propõe o desenvolvimento sustentável, nos seguintes termos: “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades”.

Fica muito claro, nessa nova visão das relações homem-meio ambiente, que não existe apenas um limite mínimo para o bem-estar da sociedade; há também um limite máximo para a utilização dos recursos naturais, de modo que sejam preservados. Muito embora, essas ideias, tenham tido um desdobramento temporal e uma maturação em termos teóricos e metodológicos, salienta-se que colocar em prática, não tem sido nada fácil, mesmo diante de um esforço que ultrapassa fronteiras, materializado pelos diversos encontros, em que organismos multilaterais e países de todo o mundo organizam.

Desse debate travado, conforme explicitamos no início, sem a pretensão de esgotar o tema, faz-se um esforço de trazer os elementos que irão nortear a realidade concreta do PDF-MA, por isso, o desenvolvimento deve ser visto na sua forma mais ampla possível, a partir do atendimento mínimo das necessidades básicas da população, uma vez que “o desenvolvimento só poderá ser considerado efetivo [...] se este constituir-se em desenvolvimento humano, social e sustentável, pois, quando se fala em desenvolvimento, deve-se estar buscando a melhoria da vida das pessoas [...] e da sociedade como um todo” (MARTINELLI, 2004, p. 14).

O PDF-MA portanto, emergem no efervescer de todo esse debate, e nos discursos de seus formuladores, vai além do crescimento e do desenvolvimento econômico, ancorando-se em uma visão do suposto “desenvolvimento sustentável”, conforme todo o material produzido, textos escritos, matérias de jornais, propagandas, livros e etc. Para tanto, no próximo item, será tratado sobre o trabalho, que na verdade completa o sentido do desenvolvimento, visto que ambos são face da mesma moeda, um completando o outro e vice versa.

3.2 – O trabalho como velha forma de experiência humana

Discutir, debater, analisar a categoria trabalho é uma missão árdua, pois este conceito vai muito além de uma simples constatação de sua dinâmica, na verdade, o trabalho está diretamente ligado como dizia Marx (2009, p. 3) a mercadoria, quando ele analisa os dois fatores da mercadoria: valor-de-uso e valor-de-troca ou valor propriamente dito.

Com essa citação é possível compreender que o Trabalho então tem centralidade na teoria marxista. Contudo, embora alguns autores argumentem que essa relação do trabalho está mudando com o transcorrer da evolução capitalista, o que poderia estar apontando para o fim da centralidade do mesmo e para um novo paradigma, no artigo discorda-se dessa visão, por isso, apresenta-se alguns argumentos que, sem deixar de reconhecer o impacto das mudanças ora em curso, como a reestruturação produtiva do capital, o trabalho permanece como velha forma de experiência humana que se renova em permanência, interpela também nossos modos de compreender e agir sobre o mundo.

O debate da centralidade do trabalho nos coloca o desafio de visualizar melhor as contradições atuais nos modos de produção capitalista, compreendendo que apesar da diminuição quantitativa dos trabalhadores no centro produtivo do capital, o trabalho permanece como categoria central na criação de valor nos modos de produção capitalista, e categoria fundante para compreender e explicar as relações sociais de produção na sociedade contemporânea.

Portanto, para dar seguimento, percebe-se que o trabalho tem relação direta com o ser social e com a natureza, determinando a forma em que vai acontecer a produção, por isso a enorme necessidade de se pôr o trabalho em perspectiva. Sendo o trabalho a atividade essencial para reprodução do homem é possível notar que o ser humano ou ser social se diferencia de outras formas pré-humanas na história, pois os homens são dotados de consciência; têm a possibilidade de planejar antes de dar forma ao objeto.

Definidas as bases e explicada a forma em que o trabalho se desenvolve para corrente marxista, deve-se agora adentrar no momento histórico que transcorre o programa alvo da tese o PDF-MA. Para isso recorreremos aos postulados de Antunes que no ano de 1999 no apêndice I do seu livro intitulado “Os sentidos do trabalho, Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho” em que trata sobre a crise do movimento operário e a centralidade do trabalho.

Do mergulho e da compreensão realizados até esse momento do artigo, pode-se salientar que a reestruturação produtiva, o fim do ideal “socialista” e o ataque as premissas do keynesianismo/fordismo, modificaram de forma estrutural o capitalismo, fazendo emergir novas práticas.

Sabe-se que não basta empurrar à força as mudanças e transformações pretendidas pelos capitalistas. Deve-se antes de mais nada trabalhar o convencimento da classe trabalhadora, buscando fundamentalmente o que Antunes (1999) classifica como forma de produção flexibilizada, tentando a adesão por parte dos trabalhadores, que deveriam assumir o projeto do capital.

Conforme o percurso desenvolvido, deve-se indagar se houve uma mudança estrutural, apropriada pela classe capitalista, em detrimento da classe trabalhadora. Essas transformações com certeza tiveram ações concretas, é nesse sentido que cabe indagar quais são as consequências mais importantes desse novo processo de produção e de que forma elas afetam o mundo do trabalho?

Frisa-se os dois principais efeitos colaterais das mudanças em curso na dinâmica capitalista no campo do trabalho, que seriam o desemprego e a precarização do trabalho. Por isso, vê-se diante deste cenário, que é a partir desse momento histórico em que no Brasil o desemprego batia recordes, que o Estado em conluio com os capitalistas, propõe medidas mitigadoras, desse mal, tais como o PDF-MA, que a propósito de por assim dizer “integrar

as cadeias produtivas” acaba no fundo buscando muito mais a terceirização de suas atividades, tentando se apropriar dos ganhos gerados em decorrência dessa ação.

Com essa percepção, torna-se essencial explicar um pouco mais sobre a categoria trabalho, no recorte da terceirização. Entende-se que existem outras maneiras de flexibilização e precarização do trabalho, mas pelo espaço limitado disponível para exposição ir-se-á priorizar, porque assim chega-se direto ao ponto de interseção da categoria com o PDF-MA.

Em relação a terceirização, ela parece no Brasil ter um outro lugar na estrutura do mercado de trabalho, pois, nos últimos vinte anos da história do país, ela se tornou o mais importante recurso estratégico das empresas para gestão e redução dos custos com o trabalho. Não por acaso até o presente ano de 2017, essa medida está em voga, tendo sido recentemente aprovado no congresso nacional e sancionada pelo executivo federal, a ampliação irrestrita, mesmo para atividades fins, no setor público e privado.

Se aplicarmos essa definição ao caso concreto do PDF-MA, tem-se que as grandes empresas ou empresas mantenedoras, subcontratam outras, sejam elas de fora do estado ou dentro do estado, isso então não seria necessariamente integração de cadeia produtiva, poderia ser um processo de internalização local do processo de terceirização, visando mitigar a imagem negativa a qual estas empresas estão submetidas, pois já existem diversos estudos, no tocante aos impactos da adoção desses grandes empreendimentos, criticando os benefícios concedidos e o que é deixado para o Estado, principalmente em relação a isenção de impostos pela lei Kandir, que isenta exportação de tributos como o ICMS.

Visto por esse prisma, é importante salientar a visão de Marcelino (2004, p. 3), que demonstra o fato da terceirização ser no Brasil e no Maranhão, um elemento fundamental na definição dos rumos do mercado de trabalho. Tendo essa premissa como verdadeira, indaga-se: Então, porque dizemos que a terceirização é um elemento definidor dos rumos do

mercado e das relações de trabalho hoje no Brasil e no Maranhão? A autora continua a apontar para a importância desse mecanismo de gestão da força de trabalho pela amplitude que ele vem tomando no país e pela sua eficiência em contornar os dois problemas que se impunham também para as empresas brasileiras: a diminuição das suas taxas de lucros e a necessidade de recomposição do domínio sobre as classes trabalhadoras.

Por isso, torna-se tão fundamental analisar a aplicabilidade desse conceito na realidade concreta. O PDF-MA é uma bela oportunidade de realizarmos essa tarefa, pois quando olhamos para as entidades que apoiam o programa vê-se, em sua grande maioria, os empresários, representados pelas mantenedoras e os fornecedores locais, o Estado e as entidades sindicais e associações ligadas ao empresariado, como FIEMA e ACM, sem, contudo, identificar as instancias que defendem a classe trabalhadora.

4 – CONCLUSÕES

No percurso desta reflexão, por meio das múltiplas e fragmentadas evidências que emergiram de uma análise mais atenta sobre o fértil campo de disputas que moldou o PDF-MA, busca-se transpor a superfície linear deste momento histórico que pontuou a política pública em questão. Para tanto, a análise nos instrumentalizou a propor a sistematização do dinâmico conflito de sujeitos, interesses e racionalidades que demarcou as características estruturantes do PDF-MA, assim como, por meio da exposição das categorias utilizadas: o Desenvolvimento Sustentável e o trabalho.

Observando, atentamente o PDF-MA e as suas categorias, percebe-se nitidamente a interligação existente entre o programa e suas bases. No entanto, por mais que o PDF-MA adote como premissa o desenvolvimento sustentável, este está longe de ser uma realidade, pois para que de fato fosse possível sua implementação o PDF-MA teria que utilizar os três pilares, o que não se configura como verdade.

Além disso, o trabalho enquanto categoria, reforça a necessidade do PDF-MA apresentar resultados nessa seara, se não o dito “benefício social” trazido por esse programa ficaria mais como promessa ou instrumento de propaganda do que realidade. Nesse tocante, nota-se a completa ausência de dados e indicadores que demonstrem a eficácia do programa, o que por si só pode levar a pista de que lado o PDF-MA encontrasse.

Mas, embora existam várias críticas que possam ser feitas, dado tudo que foi exposto, principalmente sobre as categorias trabalhada, deve-se reconhecer que o PDF-MA em alguns momentos foi eficaz em aumentar o volume em termos monetários de compras das grandes empresas nos fornecedores locais, contribuindo, dessa forma, para melhorar o desenvolvimento do Estado do Maranhão.

Percebe-se ainda que, embora o PDF-MA tenha se configurado um avanço, ele por si só não soluciona a questão do desenvolvimento, associado a essa política pública o Governo do Estado do Maranhão deve-se pensar em uma política de desenvolvimento das indústrias complementares que utilizem parte do material primário exportado para produzir produtos acabados para o mercado local, gerando, assim, mais estabilidade, tanto para as grandes empresas quanto para os fornecedores delas, pois essa ação deixaria o Brasil e o Maranhão menos vulnerável às oscilações externas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do Mundo do Trabalho**. São Paulo, Cortez/Unicamp, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

FREITAS, Durval Vieira de. **PDF – Programa de Desenvolvimento de Fornecedores: uma estratégia de sucesso**. Vitória: Editora Sebrae, 2009.

GUIMARÃES, Roberto Pereira. **A ética da sustentabilidade e a formulação de políticas públicas de desenvolvimento**. VIANA, Gilney; SILVA, Marina; DINIZ, Nilo (orgs.). O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. p. 43-71.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna - uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 10. ed. São Paulo: Ed. Loyola, 1993.

MARCELINO, P. R. **A logística da precarização: terceirização e trabalho na Honda do Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

MARTINELLI, D. P.; JOYAL, A. **Desenvolvimento local e o papel das pequenas e médias empresas**. Barueri, SP: Manole, 2004.

MARX, K. **Dialética da Dependência**. 1ª edição. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARX, K. **Miséria da filosofia**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

OLIVEIRA, Edenis César de. **Crescimento e Desenvolvimento Econômico: A sustentabilidade como modelo alternativo**. In: II FORUM AMBIENTAL DA ALTA PAULISTA, 2006, Tupã. Fórum Ambiental da Alta Paulista. Tupã: ANAP - Associação Amigos da Natureza, 2006.

OLIVEIRA, Otávio José de. **Modelo de gestão para pequenas empresas de projeto de edifícios**. São Paulo: Tese, 2005.

PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de; HOLANDA, Felipe Macedo de. **Padrão de Acumulação e dinâmica da economia maranhense na década dos 2000**. Heera (UFJF. Online), v. 6, p. 48-76, 2011.

PAULANI, L. M.; BRAGA, Márcio Bobik. **A Nova Contabilidade Social**. 2. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2006. v. 1. p. 297.

SANCHES, Ana Tercia. **A terceirização diante da noção de trabalhador coletivo em Marx**. III Simpósio Lutas Sociais na América Latina: “Trabalhadore(a)s em movimento: constituição de um novo proletariado?”. Setembro de 2008. Disponível em: <<http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio /anatercia.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

UNESCO. **Educação para um futuro sustentável: uma visão transdisciplinar para ações compartilhadas**. Brasília: Ed. IBAMA, 1999, 118 p.

VEIGA, J. E. da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.